In: ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine (Orgs.). *Nem tudo são rosas* [recurso eletrônico]: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/nemtudosasorosas>>.

Mulheres e trabalho doméstico: uma análise a partir de Silvia Federici

*Carine Prevedello*¹

doi.org/10.47585/nemtudosasorosas4

¹ Professora Adjunta da Escola de Comunicação (ECO) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9032841605132565>, e-mail: carine.prevedello@eco.ufrj.br

Introdução - Nós, as trabalhadoras invisíveis

Se o trabalho realizado pelas mulheres em suas casas, no cuidado com seus filhos, família, no preparo dos alimentos, na educação das crianças, na rotina doméstica de manutenção dos lares, fosse calculado como uma economia, seria o quinto maior Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Um relatório recente da organização não-governamental Think Olga (2019) traz este e uma série de outros dados impressionantes, sobre a invisibilidade das trabalhadoras domésticas não remuneradas no Brasil e no mundo². Em média, as mulheres cumprem mais de 61 horas semanais em trabalhos não remunerados no Brasil.

Este debate, que envolve o reconhecimento da relevância estratégica e política, tanto para os Estados, quanto para a economia privada, da manutenção e preparação das atuais e futuras gerações para o ‘mundo do trabalho’, tal como este espaço ainda é identificado – circunscrito a atividades externas às casas e ao ambiente da família –, ganha força e adeptas nos últimos anos, seja na produção intelectual, quanto no ativismo social³. Silvia Federici, filósofa italiana radicada nos Estados Unidos, aparece desde o final do século XX, como uma das mais importantes vozes a defender a remuneração das mulheres pelo trabalho doméstico e reprodutivo (FEDERICI, 2019; 2021). Os conceitos utilizados por esta autora reúnem tanto os afazeres relacionados à rotina doméstica (trabalho doméstico) quanto à centralidade para a reprodução da humanidade (trabalho reprodutivo), onde incide também a discussão sobre a divisão sexual do trabalho.

Assim que erguemos a cabeça das meias que cerzimos e das refeições que preparamos e olhamos para a totalidade da nossa jornada de trabalho, vemos que, embora ela não resulte em salário, nosso esforço gera o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho. O trabalho doméstico é, na verdade, muito mais do que a limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário.

É cuidar de nossas crianças – futura mão de obra – ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina, existe o trabalho oculto de milhares de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas. (FEDERICI, 2021, p.19-20).

As terminologias envolvidas nesta discussão diferem, conforme autoras e perspectivas, embora estejam associadas ao mesmo problema. O conceito de “economia do cuidado” (FOLBRE, 2006; HIRATA, 2010; PICCHIO, 1999; THINK OLGA, 2019), também apresenta uma compreensão análoga, acrescentando, além da perspectiva da falta de remuneração, o recorte de gênero na precarização deste trabalho, quando terceirizado.

A economia do cuidado é essencial para a humanidade. Todos nós precisamos de cuidados para existir. E, se hoje você é uma pessoa adulta, é porque alguém já desempenhou horas de trabalho de cuidado com alimentação, vacina, remédios, limpeza e higiene, educação, entre diversas outras funções por horas. E a sociedade, os empregadores que contratam pessoas (veja que óbvio), a gestão pública, as universidades, todas as demais esferas se aproveitam desse trabalho que é gratuito ou mal remunerado (quando terceirizado). (THINK OLGA, 2019, online).

Nesta ótica, Federici (2021) alerta reiteradamente para a necessidade de uma revisão da teoria marxiana (MARX, 1974; 1980; 1985), fonte essencial e fundante para a discussão das questões de divisão social do trabalho para a reprodução do sistema capitalista. Para a filósofa, somente nestas bases, que envolvem a construção de uma “ciência dos comuns”, seria possível discutir uma inversão verdadeiramente revolucionária nas relações sociais, com igualdade de direitos civis.

2 O relatório Economia do Cuidado utiliza dados do IBGE, OMS e fontes consultadas, como UOL e site Drauzio Varella, para traçar um panorama amplo e complexo sobre uma série de afazeres relacionados ao protagonismo majoritariamente feminino e não pago nas atividades domésticas e de cuidado com a educação e saúde das famílias (THINK OLGA, 2019).

3 A chamada ‘quarta onda do feminismo’, característica do século XXI, é marcada pelo uso das tecnologias digitais para a disseminação de discursos ativistas, com ênfase especial ao combate à violência contra a mulher, ao assédio sexual, a busca pelos direitos reprodutivos e pela expressão da diversidade, com os recortes de gênero, sexualidade e raça. Silvia Federici transita pelo movimento feminista desde a segunda e terceira ondas, nos anos 1970 e 1980, identificada com as teorias anticapitalistas.

Trabalho doméstico como alicerce da sociedade

A noção de trabalho, na perspectiva marxiana, está fundamentalmente relacionada à transformação da natureza pelo homem, atividade humana vital, sendo, no capitalismo, associada à produção de mais-valia, isto é, o valor excedente que dá lucro ao capitalista (proprietário dos meios de produção). Este “valor de troca” da força de trabalho precisa ser interpretado a partir da “produção dos indivíduos determinada socialmente” (MARX, 1980, p.109), isto é, pela estruturação da sociedade capitalista como forma social da contemporaneidade. Tal entendimento é essencial também para lembrar que toda a teoria desenvolvida por este autor tem o objetivo de explicar o mundo do trabalho pela ótica estrutural capitalista, ou seja, dentro daquilo que se denomina o método materialista histórico. “Não é a consciência social dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1974, p.136).

Federici, ao elaborar sua crítica, sempre faz a ressalva de que “Marx nos deu a linguagem e as categorias necessárias para pensar o sistema capitalista e compreender a lógica que impulsiona sua reprodução crescente” (FEDERICI, 2021, p.11). Entretanto, e a partir dessa premissa, na sofisticação da análise, tanto a estratificação do conceito de trabalho, pela categorização daquilo que deve ser reconhecido como atividade produtiva e improdutiva; quanto a exclusão das atividades do ‘mundo privado’ (leia-se a casa e a família), passam a ser objetos de incômodo e discussão recorrente para esta autora. Apesar da categorização de atividade improdutiva não se tratar do cerne do debate, como a própria Federici (2021) argumenta, restringindo-se, para ela, a uma “distorção grosseira” (p.65) da crítica feminista, identificar e situar o lugar do trabalho doméstico, assim como o do reprodutivo, está no centro das preocupações de uma série de pensadoras, desde o final da primeira metade do século XX (DELPHY, 2015; FEDERICI, 2019; HIRATA, 2010; KERGOAT, 2009).

Considerando que o trabalho produtivo, para Marx, só pode ser exercido quando o trabalhador vende sua força de trabalho para o capital e produz mercadoria (sejam produtos

físicos ou serviços, desde que dotados de valor), são improdutivos uma série de outras categorias de trabalho, entre elas a dos servidores públicos (vendem seu trabalho ao Estado) e os trabalhos doméstico e reprodutivo, exercidos historicamente pelas mulheres.

Evidentemente, a distância da sociedade do século XIX, época dos escritos de Marx, para a realidade do final do século XX, quando a perspectiva feminista adquire um amadurecimento visível, notadamente em torno dos anos 1960 e 1980, deve ser considerada ponto importante para relativizar a eventual defasagem da análise marxiana. Souza e Aquino (2017, p.2) lembram, por outro lado, que “trabalho produtivo não é sinônimo de trabalho melhor ou trabalho mais útil”.

Os artigos publicados por Silvia Federici, vinculados ao Coletivo Feminista Internacional, do qual é fundadora, e à campanha Wages For Housework (WFH), propõem reconhecer este apagamento da referência ao trabalho das mulheres, alertando também para a exclusão das atividades da esfera privada, das relações sociais de opressão constituídas na casa e na família, da discussão sobre a reprodução do capitalismo como sistema econômico. Em publicação recente, O Proletariado do Salário, Federici (2021) reúne uma espécie de antologia histórica de sua obra, estabelecendo uma genealogia de seu pensamento, essencial para entender a centralidade das tipificações de trabalhos relegados às mulheres, para a manutenção e fortalecimento do sistema capitalista. São sete artigos, datados desde 1975, até a defesa contemporânea da limitação da visão marxiana a respeito da emancipação pela tecnologia, em uma abordagem que chama atenção para a exaustão dos recursos naturais e os riscos ambientais do desenvolvimento baseado na indústria e na extração.

Para Federici (2021), o trabalho doméstico não apenas deve ser considerado parte da produção de bens e serviços, como fundamental para a possibilidade de dedicação prioritária dos homens (na perspectiva de gênero) às atividades industriais, fabris, operárias, quais sejam relacionadas aos meios de produção que geram lucro. Kergoat (2009) lembra que a divisão sexual do trabalho baseia-se em dois princípios centrais: o de que existe uma separação entre atividades de trabalho características de homens e mulheres; e de que, hierarquicamente, o trabalho dos homens é mais valorizado do que o das mulheres.

[...] podemos trabalhar com as categorias de Marx, mas devemos reconstruí-las e alterar sua ordem arquitetônica, para que o centro de gravidade não seja exclusivamente o trabalho assalariado e a produção de mercadoria, mas inclua a produção e a reprodução da força de trabalho, sobretudo daquela parcela executada pelas mulheres em casa. Pois, ao fazermos isso, tornamos visível um terreno crucial de acumulação e de luta [...]. (FEDERICI, 2021, p.81).

Schwebel (2009) define o trabalho doméstico como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas no contexto da família, sendo esse, ainda que componente fundamental na formação da mercadoria força de trabalho, um trabalho não pago e desempenhado essencialmente por mulheres. “O trabalho doméstico é o núcleo da reprodução social das pessoas. Não só requer energia física e emocional das pessoas, mas também sobre ele recai parte da responsabilidade pela sobrevivência, bem-estar e felicidade de outras pessoas” (PICCHIO, 1999, p. 30). Visão ampliada por Delphy (2015), que, como veremos a seguir, enfatiza a conjuntura partir do processo de industrialização: “chama-se de trabalho doméstico aquilo que se reduz à produção gratuita da mulher” (2015, p. 110), ou seja, todos os itens e serviços produzidos pelas mulheres no ambiente familiar e doméstico, se postos à troca ou venda fora do espaço privado, adquirem imediatamente valor econômico.

Para retomar as ideias de Marx, consideremos que, quando o autor afirma que o trabalho consiste na ‘transformação da natureza pelo homem’, esta compreensão reconhece como transformação o aspecto físico dos materiais e produtos, com a geração consequente de mercadorias e serviços concretos, assim como na natureza os elementos associados às matérias primas. Por outro lado, por que motivo a responsabilidade em manter saudáveis, alimentadas e orientadas gerações de famílias, atividade laboral prioritária das mulheres, não pode também ser reconhecida como uma atividade de ‘transformação’ da natureza, visto que prepara a própria força de trabalho para servir ao sistema, ou mesmo para enfrentá-lo? Trata-se do que a autora denomina “riqueza social que o capitalismo acumulou” (FEDERICI, 2021, p. 31).

Tanto o condicionamento histórico quanto o cultural permanecem essenciais para a compreensão da superestrutura responsável por uma série de generalizações que atrelam o trabalho

doméstico à condição feminina, seja por razões de natureza biológica ou social, assim como o invisibilizam ou menosprezam. Federici alerta (2021) para dois fatos:

- a. a reorganização nuclear da família como núcleo social, a partir do final da Revolução Industrial, em função dos interesses do próprio sistema capitalista, visto que este seria o arranjo mais útil à manutenção dos homens nas fábricas e atividades econômicas em geral;
- b. durante a Revolução Industrial, tanto o lugar das mulheres quanto das crianças envolvia também a esfera do trabalho e do mundo público, sob condições degradantes e desumanas, entretanto, não havia o reconhecimento “natural” de que ambas as populações não tivessem o direito ou não possuissem a capacidade de ocupar o mundo do trabalho.

A divisão das tarefas domésticas, familiares e reprodutivas, tais como a culinária e o cuidado com os filhos, eram nesse período compartilhadas por ambos os gêneros e de forma comunitária, quando não eram totalmente negligenciadas pela classe trabalhadora, tal o nível de exploração a que estava submetida. Federici refere-se a este contexto como um período de “colapso das habilidades domésticas” (2021, p.55).

[...] a criação da família da classe trabalhadora e da dona de casa proletária, em tempo integral, foi parte essencial da transição do mais-valor absoluto para o mais-valor relativo. Nesse meio tempo, o próprio trabalho doméstico passou por um processo de subsunção real, tornando-se, pela primeira vez, objeto de uma iniciativa estatal específica, que o vinculava mais fortemente às necessidades do mercado de trabalho e da disciplina capitalista do trabalho. (FEDERICI, 2021, p.62).

Ao examinar a obra de Marx, Silvia Federici alerta para a visão limitada da análise, na medida em que a percepção dá-se a partir da prioridade pelas atividades do homem operário a serviço do capital, enquanto a realidade das mulheres aparece frequentemente relegada a um papel desimportante. Nas palavras da autora, trata-se, aparentemente, de uma “ forma arcaica

de trabalho” (FEDERICI, 2021, p.60). “Não estamos à altura do papel produtivo que a esquerda atribuiu à classe trabalhadora”, resume Federici (2021, p. 39).

Delphy (2015) desenvolve uma exaustiva análise da invisibilidade e precarização do trabalho das mulheres com base no histórico sistema de opressão desenvolvido nas relações sociais, especialmente familiares, pelo gênero. Ressalta que, tanto na economia rural quanto urbana (e para isso apresenta uma série de situações práticas), o trabalho e o produto do trabalho das mulheres, quando exercidos pelos homens, tem maior chance de serem pagos, assim como, por outro lado, “quando as mulheres efetuam esses serviços fora de casa, eles são remunerados” (DELPHY, 2015, p.107). Alguns exemplos destas atividades são a culinária, a costura, ou até mesmo aulas particulares.

Afirmamos, ao contrário, que não é a natureza dos trabalhos efetuados pelas mulheres que explica suas relações de produção, longe disso, mas que são essas relações que explicam que seus trabalhos sejam excluídos do mundo do valor. São as mulheres que são excluídas do mercado (da troca) enquanto agentes econômicos e não sua produção. (DELPHY, 2015, p.102).

A análise desta autora (DELPHY, 2015), embasada em uma série de dados sobre a situação das mulheres francesas nos espaços rural e urbano do final do século XX, apresenta, simultaneamente, um contexto de ampliação do acesso feminino ao mundo do trabalho assalariado, e um dado alarmante: entre os anos 1970 e 1980, o número de horas empregadas pelas francesas em trabalho doméstico não remunerado para a criação de três filhos era equivalente ao identificado como realidade da média de trabalho das mulheres brasileiras na atualidade (THINK OLGA, 2019). Consiste, neste ponto, o debate, em torno também da acumulação de trabalho para as mulheres a partir do acesso aos salários, com a manutenção da exploração doméstica, quando não emprego do próprio salário nos serviços terceirizados antes exercidos pelas mesmas.

Significa dizer que, se antes da maquinaria estava ruim, depois dela ficou pior. A despeito de agora a mulher parecer mais independente, pois recebe um equivalente monetário direto pelo trabalho realizado no mercado, ela continua oprimida e sobrecarregada na medida em que a divisão do trabalho não foi revista e ela teve de arcar com essas atividades sem receber equivalente monetário para isso (SOUZA e AQUINO, 2017, p.7).

“Não ganhamos o direito de trabalhar, mas de sermos mais exploradas” (FEDERICI, 2021, p.5). Para a autora, reside aí o “ponto zero” da revolução: “tanto o reconhecimento de realidades vivas quanto um chamado para uma política de reversão na qual as mulheres desempenham um papel especial como principais sujeitos da reprodução de sua comunidade” (*ibidem*, 2019, p.14). Em outras palavras, e de forma sintética, a obra de Federici, centrada na necessidade de exigir um salário pelo trabalho doméstico não pago, reivindica uma nova divisão social do trabalho, que inclua responsabilidades comuns compartilhadas no ambiente privado e reconheça os trabalhos doméstico e reprodutivo como base indissociável de um sistema econômico de exploração pelo gênero.

Considerações conclusivas

Uma das mais importantes conclusões de Federici (2021) em sua reflexão é a ideia de que não apenas a remuneração pelo trabalho doméstico, mas o reconhecimento da necessidade de exercício de habilidades comuns a todos os gêneros, são a chave para a emancipação humana. Nesse sentido, sua defesa é para uma inflexão vigorosa nas discussões sobre vias revolucionárias para a humanidade, que considerem a igualdade de gênero e a superação do que seria a obsessão da teoria marxiana em torno da tecnologia como possibilidade de eliminação da dependência do capital.

O avanço nos movimentos estudantil, feminista e ambiental, bem como a crise do trabalho assalariado, forçaram os grupos marxistas a olhar além da fábrica, para a escola, o meio ambiente,

e, mais recentemente, a “reprodução social” como terrenos cruciais para a reprodução da mão de obra e para a luta da classe trabalhadora. (FEDERICI, 2021, p.127).

A trajetória desta autora, que inicia sua produção intelectual ainda na esteira da segunda e terceira ondas feministas, e consegue ampliar, neste século, o debate em torno do protagonismo e invisibilidade do trabalho exercido pelas mulheres, fortalece o necessário aprofundamento das discussões em torno das categorias propostas por Marx como um meio de viabilizar a superação de um sistema que, cotidianamente, e de forma mais flagrante no contexto da pandemia, mostra-se acelerador de desigualdades sociais e econômicas. Como também já disse Delphy (2015), “ao negar a existência desse sistema, nega-se a existência de relações de produção específicas a ele e se tira das interessadas a possibilidade de se rebelar contra essas relações de produção” (*ibidem*, p.115).

O crescimento dos movimentos feministas e do protagonismo das mulheres em diversos setores sociais nos últimos anos não apaga, como é possível verificar pelos dados de inúmeros relatórios a respeito da manutenção da carga doméstica feminina, o ainda reduzido espaço de liderança das mulheres, em áreas como a política e o mundo corporativo em geral, e a opressão estrutural como marca das mais diversas culturas. A defesa de Silvia Federici, portanto, já nasceu revolucionária e permanece incômoda para a sociedade do século XXI.

No plano intelectual, ousa comprar uma briga com um dos maiores ícones, se não o maior, do campo de esquerda na política internacional, o homem que instrumentalizou e organiza o pensamento de várias gerações em torno da luta de classes e da busca pela superação das desigualdades sociais, a partir da mudança do sistema econômico. Como demonstraram, entretanto, as alternativas políticas construídas ao longo do último século, a situação das mulheres não mudou. E o trabalho doméstico e reprodutivo, historicamente e culturalmente organizado como responsabilidade ‘natural’ das mulheres continua sendo a força silenciosa que organiza e prepara o mundo, na base da organização social das atuais e futuras gerações, assim como a instituição do casamento uma superestrutura que alimenta um

ciclo de servidão involuntária para inúmeras de nós. Trata-se, segundo a própria autora, “da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora” (FEDERICI, 2019, p. 42). Lutar pelo salário para o trabalho doméstico, e reconhecê-lo como “elemento determinante na composição de valor da força de trabalho” (FEDERICI, 2021, p. 42), é, para esta autora, a única perspectiva revolucionária feminista.

Referências

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** [online]. 2015, n.17, pp.99-119. ISSN 0103- 3352. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151704>>.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução** – Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário** - Notas sobre Marx, gênero e feminismo. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FOLBRE, Nancy. Holding hands at midnight: the paradox of caring labor. *Feminist Economics*, v. 1, n. 1, p. 73-92, 1995. _____. Measuring care: gender, empowerment, and the care economy. **Journal of Human Development**, v. 7, n. 2, p. 183-199, 2006.

HIRATA, Helena. Teorias e práticas do care: Estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Org.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica à economia política. Livro I, vol. I; Coleção Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. **Teorias da mais-valia**. História Crítica do Pensamento Econômico. O Capital. Livro IV. Tradução de Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da Economia Política. In: MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

PICCHIO, Antonella. Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, Cristina (org.). **Mujeres y Economía**: nuevas perspectivas para viejos e nuevos problemas. Barcelona: Icaria, 1999.

SCHWEBEL, Dominique F. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SOUZA, L. R.; AQUINO, D. Trabalho doméstico e reprodutivo e valor da força de trabalho em Marx. In: **IX Colóquio Internacional Marx Engels**, 2018, Campinas. Colóquio Internacional Marx Engels, 2018.

THINK OLGA. Economia do Cuidado. **Laboratório Think Olga de exercícios de futuro**. Disponível em: <<https://lab.thinkolga.com/economia-do-cuidado/>>. Acesso em: 10 abr. 2021.